



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Antonio Roque Citadini

Processo TC 7021.989.16-5

Representante: WORLDCOM COMERCIAL LTDA - ME

Representada: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL ARCANJO

Representação em face do edital nº 07/2016, referente à Tomada de Preços nº 01/2016, Processo nº 28/2016, do tipo menor preço global, promovida pela Prefeitura Municipal de São Miguel Arcanjo, objetivando a contratação de empresa para execução de serviços técnicos especializados no sistema de iluminação pública em Led, compreendendo: Ampliação no sistema de iluminação de Praças e Substituição de luminárias no Sistema Viário, nestes inclusos a infraestrutura necessária, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários, conforme especificações e quantitativos contidos no Anexo I

WORLDCOM COMERCIAL LTDA - ME representou contra o Edital de Tomada de Preços nº 01/2016, da PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL ARCANJO, objetivando a contratação de empresa para execução de serviços técnicos especializados no sistema de iluminação pública em Led.

A autora reclama da obrigatoriedade de realização de visita técnica (item 7.1.3. "d"), porque compreende tratar-se de fator que limita o rol de empresas participantes no certame, vez que dificulta acesso aos mais distantes, além de tornar previamente conhecido o rol de empresas que potencialmente irão dele participar.

Questiona a exigência do item 7.1.3 "b" que determina apresentação de atestados de capacidade técnica profissional/operacional na instalação e fornecimento de iluminação LED, porque tais serviços não são amplamente ofertados no país, não havendo serviços realizados que possam ser atestados. Entende deveria ser eleita como parcela de relevância a execução de serviços de manutenção de pontos de iluminação pública.

Defende sua tese afirmando que é restritiva a necessidade de comprovar experiência específica em lâmpadas LED, porque o manejo anterior com lâmpadas de vapor de sódio, mercúrio ou qualquer outro modelo é absolutamente idêntico, não havendo razão técnica que diferencie sua instalação, substituição e manutenção.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Antonio Roque Citadini

Impugna, por fim, o item 5.3.1 que impede a participação de empresas em processo de recuperação judicial.

Recebi a Representação como EXAME PRÉVIO DE EDITAL, ato referendado pelo Tribunal Pleno no último dia 09/03.

Após solicitação de dilação de prazo para apresentação de justificativas (evento 28.1), a Prefeitura acostou aos autos as seguintes razões (evento 32.1):

- visita técnica obrigatória (item 7.1.3."d")

Aduz tratar-se de diligência amparada na lei, com enorme importância técnica para elaboração das propostas. Defende que, antes de limitar a participação de empresas distantes, cuida de oferecer possibilidade de conhecimento do local, evitando prejuízos de natureza técnica e econômica, sendo tal procedimento absolutamente aceito pela jurisprudência dos Tribunais de Conta.

- apresentação de atestados de capacidade técnica profissional/operacional, na instalação e fornecimento de iluminação LED (item 7.1.3."b")

Entende que houve má compreensão do autor a respeito do texto do Edital, porque está prevista a comprovação de serviços **similares** e **equivalentes** àqueles indicados como parcela de relevância, no caso instalação e fornecimento de 55 pontos de iluminação LED. Nesse diapasão, sustenta que não houve exigência de serviço idêntico, mas apenas o oferecimento de parâmetro para baseamento das licitantes.

- impedimento de participação de empresas em processo de recuperação judicial (item 5.3.1)

Informa que a restrição ocorreu por equívoco e será excluída quando da republicação do novo texto.

Com tais considerações pleiteia a improcedência da Representação.

Os autos seguiram para a manifestação da Assessoria Técnica, cuja dependência de Engenharia sustentou a regularidade da exigência de visita técnica, por entendê-la necessária ao certame licitatório, vez que auxilia a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Antonio Roque Citadini

Administração, atenuando riscos na execução do contrato. Nada obstante, ofereceu sugestão no sentido de que referida diligência ocorra de forma optativa, com a disponibilização de documentos técnicos.

Quanto à atestação técnica discutida, defende seja suprimida a previsão de comprovação de iluminação LED e que a solicitação de atestados acervados pelo CREA seja dirigida apenas ao profissional.

A Chefia acompanhou mencionadas conclusões técnico-específicas. Quanto à matéria jurídica posta pela Representante, entendeu ser restritiva a requisição de certidão negativa de recuperação judicial, mesmo na fase de habilitação, seja por falta de expressa previsão na Lei nº 8.666/93, seja porque o artigo 52, II, da Lei nº 11.101/05, ainda que indiretamente, admite a contratação de empresas em recuperação judicial pelo Poder Público, prevendo, inclusive, a possibilidade da Administração requisitar, para tanto, as certidões negativas que se façam necessárias.

O MPC e a SDG adotaram *in totum* aquela conclusão.

É o relatório.

VOTO

Representação formulada por WORLDCOM COMERCIAL LTDA - ME contra o Edital de Tomada de Preços, da PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL ARCANJO, objetivando a contratação de empresa para execução de serviços de iluminação pública em Led.

A instrução é convergente no sentido da procedência parcial da matéria.

Com efeito, tal como salientou SDG, esta Corte vem rejeitando a exigência de demonstração de experiência em atividades pertinentes à iluminação pública com tecnologia LED, por considerar essa especificação indevidamente restritiva e, malgrado a Administração defenda se aceite atestados com feitos similares, a forma de redação da cláusula, com a inclusão da locução "de LED", indica especificação da tecnologia.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Antonio Roque Citadini

No mesmo sentido, a exigência de certidão negativa de recuperação judicial deve ser adaptada ao entendimento jurisprudencial pacificado neste Tribunal, nos moldes estampados pela instrução.

Cumpre afastar apenas a questão relativa à visita técnica, porquanto, além da discricionariedade que lhe é afeta, o objeto lícitado está a recomendá-la.

Por todo o exposto, julgo a presente Representação PARCIALMENTE PROCEDENTE, devendo a PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL ARCANJO, na hipótese de reedição do *Editai*, observar as modificações determinadas, devolvendo o prazo para reformulação de propostas.

É o um voto.

ANTONIO ROQUE CITADINI
Conselheiro

FRSJ